

**CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

---

**COMUNIDADE RURAL DE CANDELA**

*Peticionário*

V.

**FEDERAÇÃO DA CLONALIA**

*Demandado*

---

---

**MEMORIAL DAS VÍTIMAS**

---

## ÍNDICE

<b>LISTA DE ABREVIATURAS .....</b>	<b>3</b>
<b>ÍNDICE DE JUSTIFICATIVAS.....</b>	<b>4</b>
<b>I   DOS FATOS .....</b>	<b>8</b>
<b>II   DA ADMISSIBILIDADE DO CASO .....</b>	<b>11</b>
<b>III MÉRITO.....</b>	<b>12</b>
1   DA VIOLAÇÃO AO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO À LUZ DO ART. 11 DO PACTO DE SAN SALVADOR .....	12
2   DA VIOLAÇÃO AO DIREITO DE CIRCULAÇÃO E RESIDÊNCIA E AO DIREITO A PROPRIEDADE PRIVADA .....	16
3   DA VIOLAÇÃO AO DIREITO À INTEGRIDADE PESSOAL .....	22
4   DA VIOLAÇÃO AO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....	23
5   DA VIOLAÇÃO AO DIREITO À LIBERDADE PESSOAL.....	25
6   DA VIOLAÇÃO ÀS GARANTIAS JUDICIAS .....	29
<b>IV SOLICITAÇÃO DE ASSISTÊNCIA.....</b>	<b>33</b>

**LISTA DE ABREVIATURAS**

Artigo ou Artigos.....	art. ou arts
Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	Comissão ou CIDH
Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	Convenção ou CADH
Convenção de Viena sobre o Direito Dos Tratados.....	Convenção de Viena
Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	Corte, Corte IDH ou Corte Interamericana
Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	Direitos ESC, Direitos sociais ou DESC
Estado da Clonalia.....	Estado, Federação da Clonália, Clonália
Número.....	No.ou nº
Opinião Consultiva.....	OC
Página.....	Pag ou pp.
Parágrafo.....	par. ou §
Protocolo de San Salvador.....	PSS
Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos.....	SIDH

## ÍNDICE DE JUSTIFICATIVAS

### Livros Jurídicos

BARENDT, Eric. <i>Freedom of Speech</i> . Clarendon Press Oxford: New York, 1985.....	24
BOBBIO, Norberto. <i>A Era dos Direitos</i> . Nova Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.....	14
BURGORGUE-LARSEN, Laurence; TORRES, Amaya Úbeda de. <i>The Inter-American Court of Human Rights: Case Law and Commentary</i> . Oxford University Press Inc.: New York, 2011...	28
ESPIELL, Héctor Gros. <i>La Convención Americana y la Convención Europea de Derechos Humanos Analisis Comparativo</i> . Editora Jurídica do Chile: Santiago, 1991.....	24
MAZZUOLI, Valério de Oliveira. <i>Curso de Direitos Internacional Público</i> . 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.....	14
KÂLIN, Walter; KUNZLI, Jorg. <i>The Law of International Human Rights Protection</i> . New York: Oxford University Press Inc., 2009.....	27
SEN, Amartya. <i>Desenvolvimento como liberdade</i> . Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 2000.....	19

### Artigos e Manuais Jurídicos

ASOCIACIÓN INTERAMERICANA PARA LA DEFENSA DEL AMBIENTE. <i>Guia de Defesa Ambiental: Construindo a estratégia para o Litígio de Casos diante do Sistema Interamericano de Direitos Humanos</i> . Tradução e Edição de Arlindo Daibert. [S.l.]: AIDA, 2010.....	15
Centro por la Justicia y el Derecho Internacional. <i>La protección de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales y el Sistema Interamericano</i> . San José, Costa Rica: CEJIL, 2005. 120 páginas.....	14
ROSSI, Julieta; ABRAMOVICH, Victor. <i>La Tutela de Los Derechos Económicos, Sociales y Culturales em Artículo 26 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos. Estudios Socio-Jurídicos</i> , Bogotá, Colombia, Ano/vol. 9, pp. 34-53, 2007.....	13

VERA, Óscar Parra. Notas sobre acceso a la justicia y derechos sociales en el Sistema Interamericano de Derechos Humanos. *IIDH*, San José, v. 50, pp 131-159, jul./dez. 2009.....12, 13

### **Casos da Corte Interamericana de Direitos Humanos**

Corte IDH. *Caso Artavia Murillo e outros (Fertilización in vitro) Vs. Costa Rica. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 28 de novembro de 2012. Serie C No. 257.....11, 14, 15, 19

Corte IDH. *Caso Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 17 de junho de 2005. Serie C No. 125.....11, 15, 16, 22

Corte IDH. *Caso González e outros ("Campo Algodonero") Vs. México. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 16 de novembro de 2009. Serie C No. 205....11, 14

Corte IDH. *Caso Almonacid Arellano e outros Vs. Chile. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 26 de setembro de 2006. Serie C No. 154.....12

Corte IDH. *Caso Kawas Fernández Vs. Honduras. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 3 de abril de 2009. Série C No. 196.....15

Corte IDH. *Caso da Comunidad Mayagna (Sumo) Awas Tingni Vs. Nicaragua. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 31 de agosto de 2001. Série C No. 79.....16

Corte IDH. *Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaya Vs. Paraguay. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 29 de março de 2006. Série C No. 146.....16

Corte IDH. Corte IDH. *Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 25 de novembro de 2013. Serie C No. 272.....17, 21

Corte IDH. *Caso de los Niños de la Calle (Villagrán Morales y otros). Mérito*. Sentença de 19 de novembro de 1999. Série C.....23

Corte IDH. *Caso Nadege Dorzema e outros vs. República Dominicana. Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 24 de outubro de 2012. Série C. Nº 251.....19, 28, 32

Corte IDH. <i>Caso Salvador Chiriboga Vs. Ecuador. Exceção Preliminar e Mérito</i> . Sentença de 6 de maio de 2008. Serie C No. 179.....	21
Corte IDH. <i>Caso Palamara Iribarne Vs. Chile. Mérito, Reparações e Custas</i> . Sentença de 22 de novembro de 2005. Série C No. 135.....	22
Corte IDH. <i>Caso Ricardo Canese Vs. Paraguay. Mérito, Reparações e Custas</i> . Sentença de 31 de agosto de 2004. Série C No. 111.....	24, 25
Corte IDH. <i>Caso Kimel Vs. Argentina. Mérito, Reparações e Custas</i> . Sentença de 2 de maio de 2008. Serie C No. 177.....	24, 25
Corte IDH. <i>Caso Fontevecchia e D' Amico Vs. Argentina. Mérito, Reparações e Custas</i> . Sentença de 29 de novembro de 2011. Série C. No. 238.....	24
Corte IDH. <i>Caso Claude Reyes y outros Vs. Chile. Mérito, Reparações e Custas</i> . Sentença de 19 de setembro de 2006. Série C No. 151.....	25
Corte IDH. <i>Caso Fleury e outros Vs. Haiti. Mérito e Reparações</i> . Sentença de 23 de novembro de 2011. Série C No. 236.....	26
<b>Demais Documentos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos</b>	
Corte IDH. Parecer Consultivo OC-18/03 de 17 de setembro de 2003. Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados. Série A Nº. 18.....	18, 19, 20, 29, 31
Corte IDH. Parecer Consultivo OC-21/14 de 19 de agosto de 2014. Direitos e Garantias de Crianças no Contexto da Migração e/ou em Necessidade de Proteção Internacional. Série A Nº. 1.....	18, 20, 21, 26, 28, 29
Corte IDH. Parecer Consultivo OC-16/99 de 1 de outubro de 1999. O Direito à Informação sobre a Assistência Consular no Marco das Garantias do Devido Processo Legal. Série A Nº 16.....	18
Corte IDH. La Colegiación Obligatoria de Periodistas (arts. 13 y 29 Convención Americana sobre Derechos Humanos). Opinión Consultiva -5/85 del 13 de noviembre de 1985.....	24, 25
CIDH. Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão. Aprovada no 108º período ordinário de sessões. 16 a 20 de outubro de 2000.....	24

## Casos do Tribunal Europeu de Direitos Humanos

TEDH. <i>Andric Vs. Suécia</i> , nº 45917/99. Primeira Câmara. Decisão de 23 de fevereiro de 1999.....	19
TEDH. <i>Caso Conka Vs. Bélgica</i> , nº 51564/99. Terceira Câmara. Sentença de 5 de fevereiro de 2002.....	19

## Instrumentos Internacionais

ONU. Comité DESC. <i>La índole de las obligaciones de los Estados parte (párrafo 1 del artículo 2º del pacto)</i> . Observación General Nº 3. Recopilación de las observaciones generales y recomendaciones generales adoptados por órganos creados em virtude de tratados de derechos humanos (2001).....	13
ONU. Comitê dos Direitos da Criança, Observação Geral Nº 5: Medidas gerais de aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança (artigos 4, 42 e parágrafo 6 do artigo 44).....	23
ONU. Comitê dos Direitos da Criança, Observação Geral Nº 6: Tratamento dos menores desacompanhados e separados de sua família fora de seu país de origem.....	23
ONU. Comitê dos Direitos da Criança, Observação Geral Nº 14: O direito da criança a que seu interesse superior seja uma consideração primordial (artigo 3, parágrafo 1), UN Doc. CRC/C/CG/14, 29 de maio de 2013.....	23

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA EGRÉGIA CORTE  
INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

1. Os representantes das vítimas vêm, respeitosamente, perante esta Excelsa Corte Interamericana de Direitos Humanos, apresentar petição contendo razões de fato e de direito, a fim de que seja constatada a responsabilização internacional da Federação de Clonalia pelas violações aos direitos consagrados nos artigos 5, 7, 8, 13, 21, 22 e 26 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, bem como do Artigo 11 do Protocolo de San Salvador.

**I DOS FATOS**

2. A República de Marsili é um país habitado por 263 mil pessoas e composto por 16 atóis naturais e uma ilha principal, chamada Theodore. A altura natural máxima do território de Marsili é de 2,3 metros, sendo, segundo o G2C2, o país de menor altitude no mundo e, em decorrência das correntes oceânicas circundantes, o país mais vulnerável para o fenômeno do aumento do nível do mar causado pelas mudanças climáticas. Em 1967, por meio de referendo, Marsili tornou-se independente da Federação de Clonália. Considerando os efeitos ocasionados pelas mudanças climáticas, o avanço do oceano vem causando grave diminuição do território de Marsili, estando 27% do território e 38% das praias abaixo do nível do mar.

3. O sensível contexto socioambiental levou a um êxodo massivo da população de Marsili. O Censo de 2013 acusou recuo de 50% da população de Theodore, ilha mais populosa, indicando ainda o deslocamento de 14 mil pessoas. Na última década, o país investiu 24% do seu PIB em projetos de reconstrução e adaptação como resposta a perigos naturais e para a proteção da área urbana de Samantha. Não obstante, a despesa pública, nessa área, ainda deverá aumentar 6% ao ano, com o afã de conclusão do planejado.



4. Institucionalmente, a República de Marsili vem: i) solicitando auxílio da comunidade internacional para lidar com as demandas *supra*, tendo recorrido às Nações Unidas por forças mantenedoras da paz que assegurem condições humanitárias mínimas aos 16 acampamentos provisórios e ii) incitando o debate nacional para a construção de uma estratégia que organize o êxodo de seus habitantes, tendo em vista seu inevitável desaparecimento. A Federação da Clonalia é uma emissora histórica de gases de efeito estufa e, na atualidade, emite cerca de 41% dos GHGs no mundo, objeto da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

5. Nesse contexto, em 2009, os cinco estados de Clonalia que menos emitiam gases GHGs, juntamente com um grupo de cidadãos organizados pela ONG internacional Climate Change Action (CCA), moveram uma ação judicial contra o Ministério do Meio Ambiente, alegando omissão na regulação das emissões de GHGs a nível federal, com base no art. 56 da Lei 34 de 1993 (que define a estrutura organizacional e as funções do Ministério do Meio Ambiente). A demanda judicial foi rejeitada em todos os processos nos tribunais de primeira instância. Em 2011, a Corte Suprema da Clonalia decidiu no mesmo sentido. Conforme o Relatório de 2014 da "Amnesty Environmental", Clonalia não possui marco jurídico regulatório direcionado às mudanças climáticas.

6. Em outubro de 2013, 23 famílias da comunidade de Candela entraram irregularmente no território de Clonalia, sem registro da imigração. Em abril de 2014, os migrantes requereram o reconhecimento do seu *status* como refugiados ambientais. A CCA, por sua vez, entregou uma solicitação formal para a Federação da Clonalia, baseada na Lei 715 de 1989, que é a Lei de Migração e Asilo promulgada pelo Congresso da Clonalia. Em 28 de fevereiro de 2014, o Ministério das Relações Exteriores determinou que não consideraria a solicitação para decidir sobre a situação de refúgio, tendo as famílias autorização negada para apresentar seu caso perante o MRE.

7. Nesse contexto, as autoridades de imigrações adotaram procedimentos administrativos visando à expulsão das pessoas envolvidas no processo, ordenando o MRE, em 5 de março de 2014, a detenção das famílias. Oito das famílias de Candela foram até a Embaixada de Marsili em Clonalia e refugiaram-se lá, enquanto outras fugiram, dos quais cerca de metade foram capturados e levados até uma prisão temporária, enquanto começaram os processos de deportação. Por não haver mais remédios jurídicos, a CCA decidiu representar o Estado de Clonalia em nome dos membros da Comunidade Rural de Candela perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), através de sua Comissão (CIDH), questionando o completo grau de desproteção em que se encontravam as vítimas sob a jurisdição da Federação de Clonália.

8. Segundo a petição elaborada pela CCA, a Federação da Clonalia violou os direitos e as garantias judiciais das pessoas que solicitaram a situação de refugiados, as quais são definidas nos Artigos 8, 22.7, 22.8 e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) e nas políticas e nos critérios da Legislação Internacional sobre Refugiados, estabelecida pelo Sistema Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas. A CCA também alegou que a Federação da Clonalia violou os Artigos 4, 5, 21, 22 e 26 da CADH, juntamente com o Artigo 11 do Protocolo de San Salvador, considerando que a Federação da Clonalia falhou em agir diante de décadas de fortes provas empíricas sobre as consequências climáticas das suas emissões de gases de efeito estufa. Por fim, a não entrega da proposta do Comitê Nacional de Especialistas (CNE) sobre assuntos de migrações viola o Artigo 13 da CADH. A CIDH concedeu medidas cautelares e decidiu declarar o caso admissível para a finalidade de examinar a alegada violação aos Artigos 4, 5, 8, 13, 21, 22, 25 e 26 da Convenção Americana de Direitos Humanos e ao Artigo 11 do Protocolo de San Salvador.

9. A Federação da Clonalia ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos em 1 de agosto de 1978 e aceitou a jurisdição contenciosa da Corte em 28 de junho de 1982.

## II DA ADMISSIBILIDADE DO CASO

10. Preliminarmente, evidencia-se a competência da Corte para o julgamento do caso, em vista do preenchimento dos seguintes critérios: (i)*ratione loci*, em função das violações ocorrerem sob a jurisdição de um Estado Parte da Convenção Americana, o qual aceitou voluntariamente a cláusula facultativa da jurisdição obrigatória (artigo 62.1 da Convenção) da Corte IDH, em 1982; (ii)*ratione temporis* pelas violações terem sido cometidas em período posterior a ratificação deste Tratado pelo Estado da Clonalia e (iii)*ratione materiae*, por se tratarem de violações a artigos da CADH.

11. Nesse sentido, destaca-se que a alegação do Estado entendendo pela falta de competência *ratio materiae* da Corte em função do Art. 11 do PSS não encontra respaldo na jurisprudência interamericana, pois os artigos do PSS vêm reiteradamente sendo utilizados como guia interpretativo da própria CADH<sup>1</sup>, bem como outras convenções em matéria de Direitos Humanos desprovidas de um sistema de petições individuais<sup>2</sup>. Dedicasse, portanto, uma maior proteção e alcance aos direitos tutelados pela CADH, em conformidade com o Art. 29, “d” e 62.3 deste Tratado.

12. Não obstante, a Corte, no *Caso Acevedo Buendía e Outros Vs. Peru*, declarou sua competência para decidir sobre a violação ou o descumprimento de qualquer direito reconhecido pela Convenção, inclusive em relação ao Art. 26, confirmando sua competência em face deste artigo. Por outro aspecto, o Estado renunciou tacitamente

<sup>1</sup>Corte IDH. **Caso Artavia Murillo e outros (Fertilización in vitro) Vs. Costa Rica. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas.** Sentença de 28 de novembro de 2012. Serie C No. 257, §§150, 222, 290; e **Caso Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas.** Sentença de 17 de junho de 2005. Serie C No. 125, § 163

<sup>2</sup>Corte IDH. **Caso González e outros ("Campo Algodonero") Vs. México. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas.** Sentença de 16 de novembro de 2009. Serie C No. 205, §58.

às seguintes objeções preliminares: extemporaneidade e esgotamento dos recursos internos, visto que não as apontou em momento oportuno, qual seja a fase de admissibilidade perante a Comissão - trata-se da aplicação do princípio do *estoppel*<sup>3</sup>.

13. Destarte, demonstrado o descabimento da objeção preliminar interposta pelo Estado, a representação das vítimas solicita que este Egrégio Tribunal declare a admissibilidade do caso e amplie seu largo jurisprudencial a respeito dos temas aqui travados na especial circunstância da demanda e não aprecie qualquer outra exceção preliminar interposta por Clonalia, com base no argumento *supra*. Nesse sentido, passa-se às razões de mérito, as quais deverão ser acolhidas, conforme segue.

### III MÉRITO

#### **1 DA VIOLAÇÃO AO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO À LUZ DO ART. 11 DO PACTO DE SAN SALVADOR**

14. A Convenção Americana, por apresentar, em seu capítulo II, um rol de direitos civis e políticos e, por restringir os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC) a um único artigo (Art. 26), intitulado de desenvolvimento progressivo, conduz ao entendimento incorreto de que não há direitos sociais exigíveis na CADH, isto é, de que estes seriam apenas guias de conduta<sup>4</sup>.

15. Contudo, o caráter progressivo é um aspecto presente em todas as dimensões de direitos<sup>5</sup>, não sendo exclusivo dos Direitos ESC. O direito de liberdade, *e.g.*, necessita de políticas públicas para se efetivar, como as políticas relacionadas à administração da justiça. Nessa trilha, os DESC constituem um pressuposto para os demais direitos civis

<sup>3</sup> Corte IDH. **Caso Almonacid Arellano e outros Vs. Chile. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas**. Sentença de 26 de setembro de 2006. Serie C No. 154, Parágrafo 65.

<sup>4</sup> VERA, Óscar Parra. Notas sobre acceso a la justicia y derechos sociales em el Sistema Interamericano de Derechos Humanos. **IIDH**, San José, v. 50, p. 131-159, jul./dez. 2009.

<sup>5</sup> *idem*

epolíticos, pois nenhum deles poder-se-ia desenvolver plenamente sem a incidência dos direitos de segunda dimensão.

16. Não obstante, a complexidade em torno dos DESC ocorre em virtude da dificuldade de se determinar sua dimensão prestacional<sup>6</sup>, bem como pela dificuldade em identificá-los no caso concreto. Nesse sentido, assinala o Comitê DESC que as principais obrigações imediatas desses direitos são as de a) garantir que os direitos pertinentes sejam exercidos sem discriminação e b) adotar medidas, as quais não seriam condicionadas ou limitadas por outras considerações<sup>7</sup>.

17. Inclui-se, ainda, na obrigação de desenvolvimento progressivo, o dever de não regressividade (efeito *cliquet*), o qual proíbe qualquer Estado Parte do Tratado a adotar medidas capazes de diminuir a tutela dos DESC no país<sup>8</sup>. Nesse deambular, embora não se encontre no largo jurisprudencial desta honorável Corte, declaração de violação direta ao Art. 26, entende-se que estes sejam direitos justiciáveis e, portanto, vinculantes, sendo possível declarar sua violação a partir dos parâmetros mencionados.

18. Noutra banda, no que tange à dificuldade de identificação desses direitos, visualizam-se algumas soluções possíveis. Primeiramente, o Art. 26 faz remissão expressa à Carta da OEA, e essa, por sua vez, tem seus direitos determinados pela Declaração Americana, de acordo com a Opinião Consultiva 10, da Corte IDH<sup>9</sup>. Contudo, é necessário interpretar os tratados para se obter sua correta aplicação e execução<sup>10</sup> em compatibilidade com a Convenção de Viena e com o caráter histórico desses direitos, “nascidos de modo

---

<sup>6</sup>VERA, Óscar Parra, Op. Cit., loc. Cit.

<sup>7</sup>ONU. Comité DESC. **La índole de las obligaciones de los Estados parte (párrafo 1 del artículo 2º del pacto)**. Observación General Nº 3. Recopilación de las observaciones generales y recomendaciones generales adoptados por órganos creados en virtud de tratados de derechos humanos (2001), §§1,2.

<sup>8</sup>ROSSI, Julieta; ABRAMOVICH, Victor. La Tutela de Los Derechos Económicos, Sociales y Culturales em Artículo 26 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos. **Estudios Socio-Jurídicos**, Bogotá, Colombia, Año/vol. 9, pp. 34-53, 2007.

<sup>9</sup>Centro por la Justicia y el Derecho Internacional. **La protección de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales y el Sistema Interamericano**. San José, Costa Rica: CEJIL, 2005. 120 páginas.

<sup>10</sup>MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos Internacional Público**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas”.<sup>11</sup> A Corte tem-se pronunciado nessa direção, buscando interpretações sistemáticas, históricas e evolutivas<sup>12</sup>. No *Caso Artavia Murillo e Outros Vs Costa Rica*, a Corte IDH deixa claro que as normas da Convenção devem ser interpretadas como parte de um todo cujo significado e alcance devem ser determinados em função do sistema jurídico ao qual pertencem<sup>13</sup>, ampliando, portanto, o alcance da Convenção a outros tratados de direitos humanos.

19. Ato contínuo, a Convenção de Viena, em seu Art. 21, § 2º, “a” e “b”, estabelece alguns critérios de interpretação do tratado, os quais devem ser entendidos de maneira a envolver o texto, preâmbulo e anexos. Dentre tais requisitos interpretativos, encontram-se: a) qualquer acordo relativo ao tratado e feito entre todas as partes em conexão com a conclusão do tratado e b) qualquer instrumento estabelecido por uma ou várias partes como instrumento relativo ao tratado<sup>14</sup>. No presente caso, o Estado de Clonalia ratificou o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, preenchendo os requisitos de interpretação da Convenção de Viena mencionados *suprae*, portanto, vinculando o Estado ao referido Protocolo.

20. Superada a questão da justiciabilidade dos DESC, adentrando na identificação desses à luz de uma interpretação sistemática, histórica e evolutiva, reivindica-se a possibilidade de inclusão do Art. 11 do PSS, como guia interpretativo do Art. 26 da CADH, na presente demanda. Esse entendimento é corroborado pela própria CADH, em seu Art. 29, alínea b, o qual dispõe que “nenhum dispositivo da presente Convenção pode ser interpretado no sentido de: b) limitar o gozo e exercício de qualquer direito ou

<sup>11</sup> BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Nova Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, pag. 5.

<sup>12</sup> Corte IDH. *Caso Artavia Murillo e outros (Fertilización in vitro) Vs. Costa Rica. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 28 novembro de 2012. Série C No. 257. Corte IDH. *Caso González e outros ("Campo Algodonero") Vs. México. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 16 de novembro de 2009. Série C No. 205

<sup>13</sup> Corte IDH. *Caso Artavia Murillo e outros (Fertilización in vitro) Vs. Costa Rica*. Op. Cit. §191

<sup>14</sup> ONU. *Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados*, 23 de maio de 1969. Art. 31.2, “a” e “b”.

liberdade que possa ser reconhecidos em virtude de leis de qualquer dos Estados-partes ou em virtude de Convenções em que seja parte um dos referidos Estados”, fazendo mister, portanto, interpretar a Convenção Americana, no caso em tela, à luz do PSS, ratificado pelo Estado ora demandado. Outrossim, este Egrégio Tribunal já utilizou o PSS como guia interpretativo para os artigos da Convenção em diversas oportunidades<sup>15</sup>, não restando dúvidas, portanto, do caráter persuasivo desse instrumento.

21. É nessa perspectiva que esta Honorável Corte não se pode abster de apreciar as violações que ocorrerem *in casu*, sob pena de não alcançar a justiça social almejada pelos instrumentos internacionais, bem como de não prestar a devida tutela jurisdicional aos direitos humanos. Cumpre mencionar que o direito ao meio ambiente saudável é um DESC, por ser um direito de caráter coletivo<sup>16</sup>, bem como constar no de Pacto San Salvador, instrumento enunciador desses direitos.

22. Ademais, esta Colenda Corte já se pronunciou sobre a existência de uma inegável conexão entre a proteção do meio ambiente e o gozo dos direitos humanos<sup>17</sup>, reforçando a interdependência desses direitos, cuja indivisibilidade percebe-se enquanto elemento caracterizador. O aumento do nível do mar, fenômeno climático que enseja a crise no território insular de Marsili, é causado pelas mudanças climáticas e, de acordo com o relatório entregue em 1992 pelo G2C2, há provas incontestáveis a respeito do crescimento das temperaturas médias globais em função da emissão dos gases do efeito estufa.

23. Não se pode negar, portanto, o dano ambiental causado pela emissão dos gases do efeito estufa pelo Estado de Clonalia, maior emissor mundial. Nesse sentido, ao contestar o nexo causal entre a emissão dos gases do efeito estufa e o risco à saúde pública ou o

---

<sup>15</sup>Corte IDH. **Caso Artavia Murillo e outros (Fertilización in vitro) Vs. Costa Rica**. Op Cit. §150; e **Caso Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai**. Op Cit. §163

<sup>16</sup>ASOCIACIÓN INTERAMERICANA PARA LA DEFENSA DEL AMBIENTE. **Guia de Defesa Ambiental: Construindo a estratégia para o Litígio de Casos diante do Sistema Interamericano de Direitos Humanos**. Tradução e Edição de Arlindo Daibert.[S.l.]: AIDA, 2010. Disponível em: <[http://www.aida-americanas.org/sites/default/files/GUIA%20AIDA%20PORTUGUES-WEBSITE\\_0.pdf](http://www.aida-americanas.org/sites/default/files/GUIA%20AIDA%20PORTUGUES-WEBSITE_0.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2015.

<sup>17</sup>Corte IDH. **Caso Kawas Fernández Vs. Honduras. Mérito, Reparações e Custas**. Sentença de 3 de abril de 2009. Série C No. 196, §148

bem estar geral, o Estado demandado parece ignorar primeiramente o caráter coletivo do direito ao meio ambiente saudável, bem como os próprios pareceres do G2C2. O Estado, portanto, fica inerte aos acontecimentos e despreza o conceito de desenvolvimento sustentável e os *standards* internacionais da matéria. De fato, o direito ao meio ambiente saudável vem sendo incluso na agenda internacional desde o século passado, sendo consagrado na Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos e na Convenção sobre os Direitos das Crianças, desenvolvendo-se no Sistema Americano, principalmente em casos relacionados aos direitos dos povos indígenas<sup>18</sup>. Nota-se, portanto, a oportunidade do avanço jurisprudencial desta Honorable Corte para que se garanta maior tutela ao direito transindividual ao meio ambiente sadio, no afã de atingir o ideal da vida digna da pessoa humana.

24. Por tudo exposto, reforça-se que o Estado da Colômbia violou o direito a um desenvolvimento progressivo, consagrado no Artigo 26 da CADH, à luz do Artigo 11 do PSS e dos demais instrumentos internacionais que compõem o *corpus iuri* ambiental.

## **2 DA VIOLAÇÃO AO DIREITO DE CIRCULAÇÃO E RESIDÊNCIA E AO DIREITO A PROPRIEDADE PRIVADA**

25. Tendo esta Excelsa Corte julgado que “o princípio (...) do non-refoulement constitui a pedra angular da proteção internacional das pessoas refugiadas e das pessoas solicitantes de asilo<sup>19</sup>” e, sob a análise da disposição do Artigo 22.9 da CADH, em que “É proibida a expulsão coletiva de estrangeiros.”, verifica-se inteira afronta à jurisdição do

<sup>18</sup>Corte IDH. **Caso da Comunidad Mayagna (Sumo) Awá Tingni Vs. Nicaragua. Mérito, Reparações e Custas.** Sentença de 31 de agosto de 2001. Série C Nº. 79; **Caso Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay.** Op. Cit.; e **Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaxa Vs. Paraguay. Mérito, Reparações e Custas.** Sentença de 29 de março de 2006. Série C Nº. 146.

<sup>19</sup>Corte IDH. **Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia.** Op. Cit. §151, citando Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Comitê Executivo, Conclusões Gerais sobre a proteção internacional dos refugiados, UM Doc. 65 (XLII)-1991, publicadas em 11 de outubro de 1991, **Caso de los Niños de la Calle (Villagrán Morales y otros).** Mérito. Sentença de 19 de novembro de 1999. Série C.



SIDH, através da decisão da Federação de Clonalia de expulsar as 23 famílias da região rural de Candela sem a análise individual de seus pedidos.

26. Muito embora a definição da categoria dos refugiados se encontre limitada pelo conceito da Convenção de 1951, ainda que expandido temporal e espacialmente pelo Protocolo Adicional de 1967, é necessária uma interpretação mais ampla desse grupo de migrantes forçados. A Convenção de Cartagena estabelece, assim, em sua conclusão terceira, que “a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública”.

27. Uma vez que a República do Marsili encontra-se sob circunstâncias ambientais calamitosas e capazes não somente de perturbar a ordem pública, por meio dos intensos desastres naturais, como também de impossibilitar a garantia dos direitos humanos básicos dos habitantes das ilhas, é correto o enquadramento dos migrantes da República de Marsili como refugiados ambientais, grupo vulnerável que goza da proteção de norma de *jus cogens*<sup>20</sup> que é a do *non-refoulement*, consagrado no Artigo 33 da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e na Declaração de Cartagena<sup>21</sup>. Apesar da resistência política de alguns organismos internacionais em negar a existência desse grupo de refugiados, faz-se de grande importância seu reconhecimento, tal como vem-se manifestando a comunidade internacional em diversos documentos e propostas.

---

<sup>20</sup>ONU. **Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados**, 23 de maio de 1969. Artigo 2: (...) “Para os fins da presente Convenção, uma norma imperativa de Direito Internacional geral é uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por norma ulterior de Direito Internacional geral da mesma natureza”

<sup>21</sup>ONU. **Declaração de Cartagena sobre Refugiados**, 22 de novembro de 1984. Conclusão Quinta.

28. Nesse sentido, cumpre citar O apelo de Limoges, que vem a delinear, ainda mais, a importância e a urgência do reconhecimento da categoria dos refugiados ambientais, para o qual “o reconhecimento, a elaboração e a proclamação de um *status* internacional de refugiados ambientais permite assegurar a proteção desta categoria em seu próprio direito dos refugiados.” No afã dessa evolução, manifestou-se o Ex-Juiz desta Emérita Corte, Cançado Trindade, no sentido de que “aumentando os contingentes de refugiados, deslocados e migrantes indocumentados em busca da sobrevivência, despertaram definitivamente a consciência jurídica universal para a urgente necessidade de reconceitualizar as próprias bases do ordenamento jurídico internacional.”<sup>22</sup>

29. Ademais, cumpre salientar que esta Excelsa Corte reiteradamente indicou que os tratados de direitos humanos são instrumentos vivos<sup>23</sup>, cuja interpretação deve acompanhar a evolução dos tempos<sup>24</sup> e as condições de vida atuais, em conformidade com as regras gerais de interpretação dispostas no Artigo 29 da Convenção Americana, assim como com as estabelecidas pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados<sup>25</sup>, de modo que cumpre reiterar a urgência e a necessidade da ampliação do conceito de refugiados, através do reconhecimento vanguardista desta Honorável Corte. Não obstante, já se pronunciou este Tribunal no sentido de que “o caráter ‘coletivo’ de uma expulsão implica uma decisão que não desenvolve uma análise objetiva das circunstâncias individuais de cada estrangeiro e, desse modo, recai em arbitrariedade.”<sup>26</sup>

---

<sup>22</sup> Corte IDH. Parecer Consultivo OC-18/03 de 17 de setembro de 2003. Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados. Série A Nº. 18. **Caso de los Niños de la Calle (Villagrán Morales y otros)**. Op. Cit. §25.

<sup>23</sup> Corte IDH. Parecer Consultivo OC-21/14 de 19 de agosto de 2014. Direitos e Garantias de Crianças no Contexto da Migração e/ou em Necessidade de Proteção Internacional. Série A Nº. 1. **Caso de los Niños de la Calle (Villagrán Morales y otros)**. Op. Cit. §55.

<sup>24</sup> Corte IDH. Parecer Consultivo OC-16/99 de 1 de outubro de 1999. O Direito à Informação sobre a Assistência Consular no Marco das Garantias do Devido Processo Legal. Série A Nº 16.

<sup>25</sup> O Direito à Informação sobre a Assistência Consular no Marco das Garantias do Devido Processo Legal, supra, **Caso de los Niños de la Calle (Villagrán Morales y otros)**. Op. Cit. §§114, 245, e **Caso Artavia Murillo e outros (“Fecundação in vitro”) Vs. Costa Rica**. Op. Cit. §245.

<sup>26</sup> Corte IDH. **Caso Nadege Dorzema e outros vs. República Dominicana**. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de outubro de 2012. Série C. Nº 251, §171.

30. Concomitantemente, entendeu a Comissão IDH que “as distinções baseadas em gênero, raça, religião, origem nacional, encontram-se especificamente proibidas no que se refere ao desfrute e exercício dos direitos substantivos consagrados nos instrumentos internacionais.”<sup>27</sup> De modo semelhante, manifestou-se o Tribunal Europeu de Direitos Humanos no sentido de que a expulsão coletiva de estrangeiros é “qualquer decisão tomada por uma autoridade competente que obrigue os estrangeiros, como grupo, a abandonar o país, exceto quando tal medida seja tomada depois de, ou em base a, um exame razoável e objetivo dos casos particulares de cada estrangeiro do grupo.”<sup>28</sup>

31. Ainda, necessário se faz pontuar a proibição de diversos documentos internacionais da expulsão coletiva de estrangeiros, tal como dispõem o Protocolo 4 à Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos e Liberdades Fundamentais<sup>29</sup>, a Carta Árabe de Direitos Humanos<sup>30</sup> e a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias<sup>31</sup>. Todavia, ainda não esgotadas as disposições alienígenas, a Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos define, com precisão, em seu Artigo 12.5, que “a expulsão em massa é aquela que visa a grupos **nacionais**, raciais, étnicos ou religiosos”.

32. Por outro aspecto, observa-se ainda a desconformidade da decisão dos tribunais internos da Federação de Clonalia com o artigo quarto da Lei de Imigração de 2009, uma vez que os integrantes da Comunidade Rural de Candela encontravam-se extremamente vulneráveis, em virtude da calamidade ambiental da República de Marsili, situação de

<sup>27</sup> Corte IDH. Parecer Consultivo OC-18/03 de 17 de setembro de 2003. Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados. Série A Nº. 18.

<sup>28</sup> TEDH, **Andric Vs. Suécia**, nº 45917/99. Primeira Câmara. Decisão de 23 de fevereiro de 1999. §1. **Caso Conka Vs. Bélgica**, nº 51564/99. Terceira Câmara. Sentença de 5 de fevereiro de 2002. §59; e Corte IDH. **Caso de los Niños de la Calle (Villagrán Morales y otros)**. Op. Cit. §1

<sup>29</sup> CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos e Liberdades Fundamentais**. Artigo 4: “A expulsão coletiva de estrangeiros é proibida”

<sup>30</sup> CONSELHO ISLÂMICO. **Carta Árabe de Direitos Humanos**. Artigo 26.2: “A expulsão coletiva é proibida sob quaisquer circunstâncias”

<sup>31</sup> Organização Internacional do Trabalho – OIT. **Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias**. Artigo 22.1: “Os trabalhadores migrantes e os membros da sua família não podem ser sujeitos a medidas de expulsão coletiva. Cada caso de expulsão será examinado e decidido individualmente.”

extremo risco à integridade e à vida das vítimas. Destarte, configura-se a decisão interna dos tribunais de Clonalia não apenas equivocada, mas também violadora do direito das vítimas de “só poder ser expulso em decorrência de decisão adotada em conformidade com a lei”, consagrado no Artigo 22.6 da CADH.

33. Não obstante, a decisão da Federação de Clonalia de negar refúgio aos habitantes da Comunidade Rural de Candela baseada no interesse público não encontra amparo na jurisprudência dessa Excelsa Corte, uma vez que “nem sequer quando se trata da ordem pública, que é o fim último de qualquer Estado de direito, é aceitável restringir o desfrute e exercício de um direito”<sup>32</sup>.

34. Não findas as violações, faz-se necessário, ainda, analisar a afronta ao princípio consagrado no Artigo 22.7 da Convenção do direito de toda pessoa de buscar e receber asilo, originalmente reconhecido no Artigo XXVII da Declaração Americana<sup>33</sup>. Desse modo, a determinação do MRE de não considerar a solicitação dos refugiados da Comunidade Rural de Candela configura uma postura negativa da Federação de Clonalia cujo escopo vem a obstruir o alcance dos indivíduos migrantes sob sua jurisdição.

35. Nesse deambular, já entendeu esta Honorável Corte que “a proteção do princípio de não devolução estabelecido na disposição sob a análise da Convenção Americana alcança, em consequência, toda pessoa estrangeira e não apenas uma categoria específica dentro dos estrangeiros, como os solicitantes de asilo e refugiados”<sup>34</sup>. Dessa forma, reconheceu esta Excelsa Corte, no *Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia*<sup>35</sup>, o direito de qualquer pessoa estrangeira, e não apenas aos asilados ou refugiados à não devolução indevida quando sua vida, integridade e/ou liberdade estejam em risco de violação, sem

---

<sup>32</sup>Corte IDH. Parecer Consultivo OC-18/03 de 17 de setembro de 2003. Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados. Série A Nº. 18.

<sup>33</sup>Corte IDH. Parecer Consultivo OC-21/14 de 19 de agosto de 2014. Direitos e Garantias de Crianças no Contexto da Migração e/ou em Necessidade de Proteção Internacional. Série A Nº. 1.

<sup>34</sup>Corte IDH. Parecer Consultivo OC-21/14 de 19 de agosto de 2014. Direitos e Garantias de Crianças no Contexto da Migração e/ou em Necessidade de Proteção Internacional. Série A Nº. 1. §215

<sup>35</sup>Corte IDH. **Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas.** Sentença de 25 de novembro de 2013. Serie C No. 272. §135.

importar seu estatuto legal ou condição migratória, situação em que, mesmo alegando a Federação de Clonalia o não reconhecimento dos habitantes da Comunidade Rural de Candela como refugiados ambientais, não poderia tê-los devolvido.

36. Nesse contexto, ao obstaculizar a permanência dos membros da Comunidade Rural de Candela em seu território, a Federação de Clonália transgrediu o conteúdo essencial do direito apregoado no Art. 21 da CADH, não tendo garantido seu exercício em suas dimensões, cabendo salientar a obrigação afirmativa que a Convenção imputa aos Estados parte, gerando o dever de que sejam criadas condições favoráveis ao gozo e fruição dos direitos assegurados.

37. Esta Corte já se pronunciou no sentido de que o direito à propriedade privada, no contexto de uma sociedade democrática, considerando-se a prevalência do bem comum e dos direitos coletivos, demanda a existência de medidas proporcionais - que garantam os direitos individuais.<sup>36</sup> Nesse viés, a jurisprudência deste Tribunal tem acolhido critérios a serem observados para que possam ocorrer restrições ao aduzido direito, quais sejam: i) legalidade, ii) necessidade, iii) proporcionalidade iv) existência de fim legítimo considerando o contexto de uma sociedade democrática.<sup>37</sup>

38. Ao negar refúgio aos membros da comunidade de Candela, de forma desarrazoada conforme exposto, o Estado violou o direito a propriedade privada, tendo inviabilizado seu pleno exercício. No âmbito da Corte IDH, desenvolveu-se um amplo significado para a propriedade, relacionado notadamente ao uso e gozo de bens materiais e imateriais<sup>38</sup>. Sem embargo, diante dos óbices existentes para o exercício do direito de livre circulação e residência, restou cerceado o direito a propriedade de forma arbitrária, ao tempo em que

---

<sup>36</sup>Corte IDH. **Caso Salvador Chiriboga Vs. Equador. Exceção Preliminar e Mérito**. Sentença de 6 de maio de 2008. Serie C No. 179, §60.

<sup>37</sup>Corte IDH. **Caso Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Mérito, Reparações e Custas**. Sentença de 17 de junho de 2005. Série C No. 125, §144.

<sup>38</sup>Corte IDH. **Caso Palamara Iribarne Vs. Chile. Mérito, Reparações e Custas**. Sentença de 22 de novembro de 2005. Série C No. 135, §102.

seu exercício, nas circunstâncias descritas, tornou-se inviável, apesar da inexistência de leis que justificassem os procedimentos adotados, tendo em vista o regime internacional de proteção.

39. Desse modo, demonstradas as violações ao direito de circulação e residência das vítimas, na esfera dos parágrafos 6,7 e 9 do Artigo 22 da CADH ,a representação das vítimas da Comunidade Rural de Candela pugna pelo reconhecimento destas como refugiadas ambientais e pela condenação da Federação de Clonalia.Noutro ponto,resta de plano, certa e induvidosa a violação ao direito a propriedade privada, consignado no art. 21 da CADH, posto que, as restrições empreendidas pelos agentes estatais limitaram seu gozo e fruição.

### **3 DA VIOLAÇÃO AO DIREITO À INTEGRIDADE PESSOAL**

40. A partir da violação ao princípio da utilização do direito penal como *ultimaratio*, tendo em vista o mandado de prisão das famílias da Comunidade Rural de Candela, observa-se a violação ao direito à integridade pessoal por parte da Federação de Clonalia.

41. Uma vez que a Convenção estabelece, no Artigo 5.6, que “as penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados”, é clara a percepção de que a detenção das famílias viola o escopo da privação de liberdade estabelecida na Convenção. Não obstante, o processo de deportação das famílias e seu regresso à República de Marsili acarreta grave perigo à integridade e à vida destes, uma vez conhecida a situação ambiental calamitosa.

42. Desse modo, faz-se necessário observar que, uma vez inexistindo a possibilidade da região rural de Candela de dar suporte ao sustento e à subsistência das famílias, o retorno destas traz, como consequência inevitável, a exposição grave a problemas de moradia, alimentação, segurança e saúde, os quais constituem elementos para a construção de uma existência digna. Concomitantemente, observa-se que a detenção das crianças das

famílias da Comunidade Rural de Candela, englobadas pelo mandado de prisão, vai de encontro ao entendimento desta Excelsa Corte, uma vez que já se tem estabelecidos os princípios reitores da Convenção sobre os Direitos da Criança.

43. Destarte, verifica-se clara a violação o princípio de não discriminação<sup>39</sup>, o princípio do interesse superior da criança<sup>40</sup>, o princípio de respeito ao direito à vida<sup>41</sup>, à sobrevivência e ao desenvolvimento, os quais visam a proteger as crianças como grupo vulnerável, posição ainda mais agravada pela situação de refúgio.

44. Constatadas violações, a representação das vítimas da comunidade de Candela pugna, enfim, pela condenação da Federação de Clonalia pela violação ao Artigo 5.6 da CADH.

#### **4 DA VIOLAÇÃO AO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

45. A liberdade de expressão é direito fundamental e inalienável<sup>42</sup>, atributo inerente das pessoas, o qual não é criado nem outorgado pelo Estado,<sup>43</sup> sendo imprescindível para o desenvolvimento e bem estar dos indivíduos<sup>44</sup>. Ademais, constitui pedra angular de uma sociedade democrática<sup>45</sup>, pois é indispensável instrumento de controle institucional e

<sup>39</sup>Comitê dos Direitos da Criança, Observação Geral Nº 5: Medidas gerais de aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança (artigos 4, 42 e parágrafo 6 do artigo 44), supra, **Caso de los Niños de la Calle (Villagrán Morales y otros). Mérito.** Op. Cit. §12 e Comitê dos Direitos da Criança, Observação Geral Nº 6: Tratamento dos menores desacompanhados e separados de sua família fora de seu país de origem, supra, **Caso de los Niños de la Calle (Villagrán Morales y otros).** Op. Cit. §1.

<sup>40</sup>Comitê dos Direitos da Criança, Observação Geral Nº 5: Medidas gerais de aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança (artigos 4, 42 e parágrafo 6 do artigo 44), supra; **Caso de los Niños de la Calle (Villagrán Morales y otros). Mérito.** Op. Cit. §12, e Comitê dos Direitos da Criança, Observação Geral Nº 14: O direito da criança a que seu interesse superior seja uma consideração primordial (artigo 3, parágrafo 1), UN Doc. CRC/C/CG/14, 29 de maio de 2013.

<sup>41</sup>Comitê dos Direitos da Criança, Observação Geral Nº 5: Medidas gerais de aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança (artigos 4, 42 e parágrafo 6 do artigo 44), supra, **Caso de los Niños de la Calle (Villagrán Morales y otros). Mérito.** Op. Cit. §12

<sup>42</sup>CIDH. Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão. Aprovada no 108º período ordinário de sessões. 16 a 20 de outubro de 2000. §1.

<sup>43</sup>ESPIELL, Héctor Gros. **La Convención Americana y la Convención Europea de Derechos Humanos Analisis Comparativo.** Editora Jurídica do Chile: Santiago, 1991. p. 24.

<sup>44</sup>BARENDT, Eric. Freedom of Speech. Clarendon Press Oxford: New York, 1985. Pag. 17.

<sup>45</sup>Corte IDH. **Caso Ricardo Canese Vs. Paraguay. Mérito, Reparaciones e Custas.** Sentença de 31 de agosto de 2004. Série C No. 111. §77.

*conditio sine qua non*, para que aqueles que desejam influir sobre a coletividade, desenvolvam-se completamente<sup>46</sup>.

46. Esta Honorable Corte tem estabelecido que, para que uma restrição seja compatível com o locus normativo do Art. 13 da CADH, não basta que seja útil e oportuna, mas sim proporcional ao interesse que a justifique e estritamente necessária ao fim legitimamente pretendido, interferindo minimamente no pleno exercício da liberdade de expressão<sup>47</sup>. A não observância dos requisitos *supra* converte a atuação estatal em mecanismo direto ou indireto de censura prévia<sup>48</sup>, proibida pelo *caput* do artigo em comento.

47. O exercício da liberdade de expressão demonstra-se como mecanismo hábil para que os agentes públicos e a sociedade civil possam enxergar suas demandas<sup>49</sup>, o que, no caso em tela tornou-se inviável, dada a atuação estatal relacionada à não disponibilização da proposta elaborada pelo Comitê Nacional de Especialistas (CNE) sobre assuntos de migrações. É mister considerar que, não sendo a liberdade de expressão direito absoluto, pode sofrer restrições, observados os requisitos já mencionados, e, em especial, quando interferir no gozo de outros direitos consignados na CADH<sup>50</sup>, o que claramente não ocorreu no presente caso.

48. Frise-se, por oportuno, que a conduta estatal não encontra azo no Art. 13.2.b da CADH, que flexibiliza o teor do direito à liberdade de expressão com relação à garantia da ordem pública e da segurança nacional, posto que a aceção de ordem pública acolhida por esta Honorable Corte, faz referencia às condições que asseguram o funcionamento harmônico e normal das instituições sobre a base de um sistema coerente de valores

---

<sup>46</sup>Corte IDH. La Colegiación Obligatoria de Periodistas (arts. 13 y 29 Convención Americana sobre Derechos Humanos). Opinión Consultiva -5/85 del 13 de noviembre de 1985. § 70.

<sup>47</sup>Corte IDH. **Caso Kimel Vs. Argentina. Mérito, Reparaciones e Custas**. Sentença de 2 de maio de 2008. Serie C No. 177. §54.

<sup>48</sup>Corte IDH. **Caso Fontevecchia e D'Amico Vs. Argentina. Mérito, Reparaciones e Custas**. Sentença de 29 de novembro de 2011. Série C. No. 238. §43.

<sup>49</sup>BARENDT, Eric. Freedom of Speech. Op. Cit. Pag. 268.

<sup>50</sup>Corte IDH. **Caso Kimel Vs. Argentina**. Op. Cit. §56.



e princípios<sup>51</sup>. Nessa perspectiva, a disponibilização do inteiro teor do aduzido documento não caracterizaria qualquer transgressão à ordem pública, tal qual concebida por este Colendo Tribunal.

49. Isso se explica porque a garantia da ordem pública não tem o condão de obstruir o livre trânsito de idéias e opiniões<sup>52</sup>, sendo imperioso considerar o direito de acesso à informação em poder do Estado como desdobramento da liberdade de expressão, indispensável à participação cidadã<sup>53</sup>. Ainda nesse sentido, foi aprovada em 2004, pelos chefes de Estado das Américas, a Declaração de Nuevo León<sup>54</sup>, em que foi consubstanciado o compromisso de criar as condições e estruturas necessárias ao pleno acesso a informação, nos termos assinalados.

50. Diante do exposto, resta patente a violação ao direito à liberdade de expressão, apregoadado no art. 13 da CADH pela Federação de Clonalia, tendo em vista a não disponibilização do documento elaborado pelo Comitê Nacional de Especialistas (CNE) sobre assuntos de migrações, a despeito do aduzido relatório afetar os interesses dos peticionários.

## **5 DA VIOLAÇÃO AO DIREITO À LIBERDADE PESSOAL**

51. Da análise do art. 7 da Convenção Americana de Direitos Humanos, é possível extrair duas regulamentações distintas no tocante à liberdade pessoal, uma geral e outra específica<sup>55</sup>. Inicialmente, tratando da perspectiva geral, o primeiro parágrafo do citado artigo estabelece que toda pessoa tem direito à liberdade e segurança pessoal. Por sua vez, a regulação específica se difunde nos demais parágrafos do dispositivo *supra* e trata de

<sup>51</sup>Corte IDH. La Colegiación Obligatoria de Periodistas (arts. 13 y 29 Convención Americana sobre Derechos Humanos). Opinión Consultiva -5/85 del 13 de noviembre de 1985. § 64

<sup>52</sup>Corte IDH. **Caso Ricardo Canese Vs. Paraguay. Mérito, Reparações e Custas.** Sentença de 31 de agosto de 2004. Série C No. 111. § 81.

<sup>53</sup>Corte IDH. **Caso Claude Reyes y outros Vs. Chile. Mérito, Reparações e Custas.** Sentença de 19 de setembro de 2006. Série C No. 151, §80

<sup>54</sup>CÚPULA EXTRAORDINÁRIA DAS AMÉRICAS. **Declaração de Nuevo León**, 13 de janeiro de 2004.

<sup>55</sup>Corte IDH. **Caso Fleury e outros Vs. Haiti. Mérito e Reparações.** Sentença de 23 de novembro de 2011. Série C No. 236, §53.

uma série de garantias para que o indivíduo não seja privado ilegalmente de sua liberdade (art.7.2), ou de forma arbitrária (art.7.3), sem conhecer as razões da detenção e das acusações formadas contra si (art. 7.4), ou, ainda, sem o controle judicial da privação de liberdade (art. 7.5) e sem o direito de questionar a legalidade da detenção (art. 7.6).

52. Neste ínterim, faz-se necessário perceber a conexão entre os conceitos de prisão arbitrária e de privação de liberdade. Em definição, consoante parecer consultivo desta Corte IDH, pode-se dizer que a privação de liberdade se caracteriza pela circunstância em que a pessoa não tem a possibilidade de sair ou abandonar, por sua própria vontade, o recinto ou estabelecimento em que se encontra ou foi alojada<sup>56</sup>. Já a prisão arbitrária, conforme largo jurisprudencial desta Honorable Corte, caracteriza-se pela inobservância da compatibilidade das causas e métodos do encarceramento com os direitos fundamentais do indivíduo<sup>57</sup>. Não obstante, continuando no esteio do já decidido por esta Excelsa Corte, a prisão que não for motivada e fundamentada se caracteriza como detenção arbitrária<sup>58</sup>.

53. Diante disso, torna-se evidente as violações cometidas pelo Estado no que tange à liberdade pessoal das famílias da Comunidade Rural da Candela. Porquanto a Federação de Clonalia vem efetuado prisões arbitrárias sem o i) devido esclarecimento das motivações destas, ii) ou qualquer condução a juiz competente e iii) sem os devidos cuidados com os menores membros das famílias de migrantes da mesma Comunidade. Com efeito, a detenção dessas famílias resulta na violação expressa do art. 7.3 e se convalida em prisão arbitrária, declaradamente vedada por esta Corte, além de que se configura em prisão sem informação de justificativa, regulamentada no art. 7.4.

---

<sup>56</sup>Corte IDH. Parecer Consultivo OC-21/14 de 19 de agosto de 2014. Direitos e Garantias de Crianças no Contexto da Migração e/ou em Necessidade de Proteção Internacional. Série A Nº. 1. § 145

<sup>57</sup>Corte IDH. **Caso Gangaram Panday Vs. Suriname. Mérito, Reparações e Custas**. Sentença de 21 de Janeiro de 1994. Série C No. 16, **Caso de losNiños de laCalle (Villagrán Morales y otros). Mérito**. Sentença de 19 de novembro de 1999. §47.

<sup>58</sup>Corte IDH. **Caso Escher e Outros Vs. Brasil. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas**. Sentença de 6 de Julho de 2009. Série C No. 200, **Caso de losNiños de laCalle (Villagrán Morales y otros). Mérito**. Sentença de 19 de novembro de 1999. §139.

54. Nessa trilha, a Corte tem ampla jurisprudência afirmando o direito do detido de ter ciência dos motivos de sua prisão, pois qualquer ação que afete direitos humanos perde legitimidade convencional caso não seja devidamente motivada e fundamentada, do contrário, caracterizar-se-ia em uma detenção arbitrária<sup>59</sup> - tal exposição de motivos é ainda mais importante em casos em que não ocorram audiências. Ademais, na esteira do que entende este colendo Tribunal, a regularidade de uma restrição à liberdade pessoal depende da observância de critérios básicos, tais como: i) razoabilidade, ii) proporcionalidade e iii) legalidade<sup>60</sup>. Com efeito, considerando a proporcionalidade como o uso da via menos restritiva para que se alcance fim legitimamente pretendido<sup>61</sup>, resta patente a incompatibilidade da conduta estatal com os *standards* internacionais de proteção de direitos humanos.

55. Importante salientar que o MRE de Clonalia sequer considerou a solicitação de refúgio das 23 famílias de Candela, à época, estabelecidas no território do Estado demandado. Dessa forma, as famílias não puderam apresentar suas razões para a solicitação, e esta foi considerada inválida sem análise de mérito. Ainda sobre a arbitrariedade das detenções, a Corte determina que tal ato agrava, ainda mais, a vulnerabilidade das vítimas<sup>62</sup>. Destaca-se também o descumprimento do dever do Estado de levar os detidos ao juiz ou tribunal competente, permitindo-se, assim, que um órgão administrativo, ou seja, não judicial, decidisse sobre a liberdade do migrante. De acordo com esta Egrégia Corte, em virtude do princípio *pro persona*, a garantia do art. 7.5 deve

---

<sup>59</sup>Corte IDH. **Caso Escher e Outros Vs. Brasil**. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 6 de Julho de 2009. Serie C No. 200, **Caso de los Niños de la Calle (Villagrán Morales y otros)**. Mérito. Sentença de 19 de novembro de 1999. §139

<sup>60</sup> Corte IDH. **Caso Gangaram Panday Vs. Suriname**. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 21 de Janeiro de 1994. Série C No. 16, **Caso de los Niños de la Calle (Villagrán Morales y otros)**. Mérito. Sentença de 19 de novembro de 1999. §47

<sup>61</sup> Corte IDH. **Caso Godínez Cruz Vs. Honduras**. Fondo. Sentencia de 20 de enero de 1989. Serie C No. 5, par.67; e **Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras**. Fondo. Sentencia de 29 de Julio de 1988. Serie C No. 4, §64.

<sup>62</sup>Corte IDH. **Caso Bulacio Vs. Argentina**. Fondo, Reparações e Custas. Sentença de 18 de setembro de 2003. Serie C No. 100, §127

ser satisfeita sempre que exista detenção de um indivíduo por causa de sua situação migratória<sup>63</sup>.

56. Ademais, esta Corte já afirmou que cabe a juiz ou tribunal decidir sobre a legalidade da prisão ou da detenção, pois o controle da privação de liberdade deve ser judicial<sup>64</sup>. Todavia, mesmo que uma autoridade judicial fosse alcançada via recurso, o Estado ainda permaneceria violando o art. 7.3, afinal, a necessidade dos detidos de apelarem para que, somente então, seus casos sejam conhecidos por uma autoridade judicial gera obstáculos para um recurso que deve ser simples em sua essência<sup>65</sup>. A necessidade de acesso rápido à via judicial é também alertada pela Corte Europeia, a qual aduz que um indivíduo que é privado de sua liberdade sem nenhum tipo de controle judicial deve ser liberado ou colocado imediatamente à disposição do juiz<sup>66</sup>.

57. Na esteira da análise das violações do artigo 7 da CADH, é importante observar que a prisão de crianças, tal como ocorre no caso em tela, constitui flagrante violação ao Direito Internacional dos Direitos Humanos. Nesse sentido, a Corte entende que a privação de liberdade de crianças por motivos de natureza migratória vai além do requisito da necessidade, uma vez que tal ato não é estritamente necessário para assegurar o comparecimento ao processo migratório ou a execução de uma ordem de deportação<sup>67</sup>. Desse modo, as infrações relacionadas com o ingresso em um país, mesmo que irregular, não podem ter consequências iguais àsquelas oriundas do cometimento de um delito<sup>68</sup>, tendo em vista que a privação de liberdade é uma medida de último recurso que não deve

---

<sup>63</sup>Corte IDH. **Caso Nadege Dorzema e outros Vs. República Dominicana. Mérito, Reparações e Custas.** Sentença de 24 de outubro de 2012. Serie C No. 251, **Caso de los Niños de la Calle (Villagrán Morales y otros). Mérito.** Sentença de 19 de novembro de 1999. §136

<sup>64</sup>Corte IDH. **Caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez. Vs. Equador. Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas.** Sentença de 21 de novembro de 2007. Série C No. 170, §128

<sup>65</sup>Corte IDH. **Caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez. Vs. Equador.** Op. Cit. §129.

<sup>66</sup>ECHR, *Case of Brogan and Others v. The United Kingdom*, julgamento de 23 de Março de 1988, Série A No. 145-B. § 58-59, 61-62

<sup>67</sup>Corte IDH. Parecer Consultivo OC-21/14 de 19 de agosto de 2014. Direitos e Garantias de Crianças no Contexto da Migração e/ou em Necessidade de Proteção Internacional. Série A Nº. 1. §154

<sup>68</sup>Corte IDH. Parecer Consultivo OC-21/14 de 19 de agosto de 2014. Direitos e Garantias de Crianças no Contexto da Migração e/ou em Necessidade de Proteção Internacional. Série A Nº. 1. §150

ser aplicada para estancar o fluxo migratório, independentemente da faixa etária das vítimas<sup>69</sup>.

58. Dessa feita, ratifica-se que a Federação da Clonalia violou o Artigo 7 da CADH, não tendo observado o regime internacional de proteção no que se refere a garantia da liberdade pessoal dos indivíduos.

## **6 DA VIOLAÇÃO ÀS GARANTIAS JUDICIAS**

59. O Artigo 8 da CADH trata de garantias processuais dos cidadãos e, assim como o Artigo 7, traz explanações gerais e específicas que visam a permitir o acesso das pessoas à justiça através do devido processo legal, do direito ao contraditório e da ampla defesa. No caso em comento, relata-se que o Ministério das Relações Exteriores não considerou a solicitação de refúgio das famílias de Candela, de forma que não foi dado às vítimas sequer o direito de serem ouvidas. Ao negar esse direito, não se permite também que as vítimas tenham acesso a outros direitos processuais básicos, como o direito à audiência e ao contraditório, mesmo estando o direito à audiência, para aqueles que solicitam refúgio, já pacificado no Direito Internacional<sup>70</sup>.

60. Nesse sentido, a Comissão Africana de Direitos Humanos afirmou ser inaceitável deportar indivíduos sem que estes possam defender-se perante as cortes nacionais competentes<sup>71</sup>, e esta honorável Corte já afirmou ser dever estatal a garantia de que as vítimas ou seus familiares tenham amplas possibilidades de serem ouvidas em todas as etapas do processo<sup>72</sup>. O tratamento dado pela Federação de Clonalia às vítimas se equipara ao tratamento dado ao objeto do processo, quando, na verdade, segundo esta Colenda

---

<sup>69</sup>Corte IDH. Parecer Consultivo OC-21/14 de 19 de agosto de 2014. Direitos e Garantias de Crianças no Contexto da Migração e/ou em Necessidade de Proteção Internacional. Série A Nº. 1. § 149 e 151

<sup>70</sup>Corte IDH. Parecer Consultivo OC-18/03 de 17 de setembro de 2003. Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados. Série A Nº. 18. Página 2.

<sup>71</sup>Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos, Comunicação No. 159/96, Sessão Ordinária No. 22 de 11 de novembro de 1997, §20.

<sup>72</sup>Corte IDH. **Caso Barbani Duarte e Outros Vs. Uruguai. Mérito, Reparações e Custas.** Sentença de 13 de outubro de 2011. Série C No. 234, §120.

Corte, esses indivíduos devem ser sujeitos do processo, no sentido mais amplo do conceito<sup>73</sup>.

61. Ainda, no art. 8.1 da CADH, há a previsão de julgamento por juiz ou tribunal competente, o que também é violado, tendo em vista que consta apenas um julgamento sem análise de mérito, por parte de um órgão administrativo (Ministério das Relações Exteriores), que apenas invalida, sem justificativa, o pedido de refúgio das vítimas. Segundo esta Honorável Corte, a atuação administrativa em casos que envolvem a liberdade pessoal, tem limites intransponíveis, entre os quais o respeito aos direitos humanos<sup>74</sup>, portanto, o MRE violou as garantias judiciais não só pelo comportamento que adotou como também por ter transpassado os limites de um órgão administrativo. Prova desse atropelo dos limites da administração, por parte do MRE, são os julgados anteriores da Corte os quais afirmam que a autoridade que deve decidir sobre a legalidade de uma detenção deve ser um juiz ou tribunal<sup>75</sup>.

62. Mesmo no devido processo legal administrativo, um último elemento de garantia que vem sendo recepcionado pelo SIDH é o direito à revisão judicial das decisões administrativas. Dessa forma, devem haver mecanismos judiciais adequados para efetuar uma ampla revisão das decisões administrativas<sup>76</sup>. Já na análise do art. 8.2, deve-se atentar para a alínea b, que expõe a necessidade de comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada. No caso, é bem claro que, mesmo após a criação do Comitê Nacional de Especialistas (CNE), foi negada a publicação das razões pelas quais pedidos de asilos por motivos ambientais deveriam ser negados por Clonalia, devido a suposto risco à segurança nacional, à integridade do território, à população civil e à

<sup>73</sup> Corte IDH. **Caso Vélez Loor Vs. Panamá. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas**. Sentença de 23 de novembro de 2010. Série C No. 218, §145.

<sup>74</sup> Corte IDH. **Caso Vélez Loor Vs. Panamá**. Op Cit. §141.

<sup>75</sup> Corte IDH. **Caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez. Vs. Equador**. Op Cit. §128.

<sup>76</sup> CIDH. El Acceso a la justicia como garantía de los derechos económicos, sociales y culturales : estudio de los estándares fijados por el sistema interamericano de derechos humanos. Doc. OEA/Ser.L/V/II.129 Doc. 4, 7 de Setembro de 2014.

estabilidade social e diplomática, gerando cerceamento também à liberdade de expressão, conforme já exposto.

63. Dessa forma, não só não foi dada a comunicação prévia dos motivos da rejeição do pedido de refúgio em Clonalia - e consequente detenção dos solicitantes - como também não foi dada uma justificativa posteriormente. Nesse contexto, importante destacar entendimentos da CIDH e desta Egrégia Corte no sentido de que o direito de haver uma decisão bem fundada e a necessidade da publicidade da atuação administrativa são parte do direito ao devido processo legal<sup>77</sup>. Ainda em análise do art. 8.2, percebe-se também a violação de sua alínea h que versa sobre o direito de recorrer de sentença. Segundo esta Colenda Corte, a inexistência de um recurso efetivo contra as violações aos direitos reconhecidos pela CADH constituem uma violação desta mesma Convenção<sup>78</sup>. Dessa forma, o Estado é obrigado a criar as condições necessárias para que qualquer recurso possa ter resultados efetivos<sup>79</sup>, pois a inexistência deles deixa o indivíduo em situação de desamparo<sup>80</sup>.

64. O não cumprimento do art. 8 em tantas vertentes significa o próprio descumprimento do direito ao devido processo legal, no entanto, já é pacificado no SIDH que o direito ao devido processo legal deve ser reconhecido como uma garantia mínima oferecida a todo migrante<sup>81</sup>. O princípio do devido processo legal engendra a sistemática processual invocada pelo regime internacional de proteção, e, segundo esta Honorável

---

<sup>77</sup>CIDH. El Acceso a la justicia como garantía de los derechos económicos, sociales y culturales : estudio de los estándares fijados por el sistema interamericano de derechos humanos. Doc. OEA//Ser.L/V/II.129 Doc. 4, 7 de Setembro de 2014.

<sup>78</sup>Corte IDH. **Caso Cesti Hurtado Vs. Peru. Mérito**. Sentença de 29 de setembro de 1999. Série C No. 56, §125.

<sup>79</sup>Corte IDH. **Caso Bulacio Vs. Argentina. Mérito, Reparações e Custas**. Sentença de 18 de setembro de 2003. Série C No. 100, §127.

<sup>80</sup>Corte IDH. **Caso Acosta Calderón Vs. Ecuador. Mérito, Reparações e Custas**. Sentença de 24 de junho de 2005. Série C No. 129, §92.

<sup>81</sup>Corte IDH. Parecer Consultivo OC-18/03 de 17 de setembro de 2003. Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados. Série A Nº. 18, §9.

Corte, é o conjunto de requisitos que devem ser observados para que as pessoas estejam em condições de defender-se adequadamente diante de qualquer ação do Estado.

65. Por tudo isso posto, ratifica-se que a Federação da Clonalia violou o art. 8 da Convenção Americana de Direitos Humanos, e, nesse sentido, a representação das vítimas reitera o pedido de condenação do Estado.



#### IV SOLICITAÇÃO DE ASSISTÊNCIA

66. Ante as razões de fato e de direito expostas, o ClimateChangeAction (CCA), na qualidade de representantes das vítimas no presente caso, respeitosamente requer a esta Egrégia Corte que: (1) O Honorável Colegiado rejeite qualquer arguição preliminar oposta pelo Estado da Clonalia, declarando admissível o presente caso; (2) Declare a responsabilidade internacional do Estado da Clonalia pela violação dos direitos consagrados nos artigos 5, 7, 8, 13, 21, 22 e 26 em conexão com os art. 1.1 e 2, todos da CADH, bem como do Art. 11 do PSS; (3) Determine que o Estado da Clonalia inicie uma política ambiental que, atendendo ao conceito de desenvolvimento sustentável, esteja conforme os *standards* internacionais de respeito ao meio ambiente; (4) Ordene que a Clonalia inicie uma política de acolhimento, bem como (5) determine que o Estado pague indenização às vítimas do caso pelos danos pecuniários e não pecuniários, em compatibilidade com o Art. 63.1 da CADH e, da mesma forma, em relação às custas processuais e demais despesas e (6) determine, ademais, que o Estado publique, em até um ano, uma vez, ao menos, em jornal de grande circulação, o teor da sentença proferida por este Egrégio Tribunal.